



ENSAIOS

A Subversão do Gênero e o Gênero da Subversão

Jéssica Matos CARDOSO, *Universidade Federal de Mato Grosso*

Alex Sales SOARES, *IFBA Campus Barreiras*

Carlos Henrique Lucas LIMA, *Universidade Federal do Oeste da Bahia*

Este trabalho, fundamentado nos Estudos Queer, tem por objetivo realizar uma discussão conceitual sobre a subversão de gênero e em que medida ela se faz importante. Ou seja: é a subversão de gênero necessária? Se sim, necessária a quê(m)? No ensaio, destacamos que os regimes que regulam os gêneros e as sexualidades, aos quais daremos foco conceitualmente neste texto, notadamente a heteronormatividade, produzem violências e exclusões, no sentido de que criam modelos dominantes de existência, os quais naturalizam e hierarquizam as formas de ser e estar no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Subversão.



1. Introdução

A cada dia as discussões sobre gênero, sexualidade e seus desdobramentos vêm adquirindo visibilidade em espaços que antes negavam a sua existência ou as colocavam como desnecessárias, o que excluía, assim, qualquer forma de diálogo. Há um tempo, pessoas lidas em identidades minoritárias, sejam elas, negras, *gays*, lésbicas, mulheres, transexuais, pessoas com deficiência e tantas outras que cotidianamente são violentadas, reivindicam um lugar de fala, o qual muitas vezes lhes é negado por não se enquadrarem em normas regulatórias ditadas pela sociedade, que estipulam quem é ou não digno/a de valor, de aceitação e, por fim, digno/a de ser considerado/a um corpo humano (BUTLER, 2008).

Tais violências acontecem porque essas pessoas fogem, em alguma medida, as normas que pretendem regular os gêneros, as sexualidades, as racialidades, entre outros marcadores sociais da diferença¹. Sejam elas a heteronormatividade, a branquitude e outros regimes de regulação, que tornam abjetas as pessoas que não são lidas em identidades dominantes, o que acaba por usurpar a vida dessas pessoas, seja de forma simbólica, psicológica ou física.

Neste ensaio, portanto, daremos foco às questões de gênero e sexualidade. Guacira Lopes Louro (2003) defende que os gêneros são históricos e socialmente construídos, ou seja, segundo a professora, pioneira nos Estudos Queer brasileiros, “ser” homem ou mulher na sociedade não é algo natural, definido pela biologia, mas algo construído através de múltiplos discursos que (pré)determinam os “papeis” supostamente “naturais” atribuídos às pessoas. Para Guacira Louro e Judith Butler, autoras centrais nos já citados Estudos Queer e peças-chave no amplo campo de estudos que poderíamos nomear de gênero e sexualidade em uma perspectiva desconstrucionista, interdisciplinar e indisciplinado, o gênero não é nem natural nem muito menos biológico, quer dizer, derivado das genitálias possuídas por alguém. Butler, em *Problemas de Gênero* (2008), chega a ir mais longe ao afirmar que

1 Leandro Colling, em *A Igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil* (2013), explica o seu entendimento do conceito de “marcadores sociais das diferenças”, que subscrevemos: “A expressão tem sido utilizada nos estudos para se referir a todas as especificidades que constituem as nossas identidades, por exemplo ser negra (“raça”/etnia), pobre (classe), moradora da periferia (território onde vive), doméstica (trabalho), adolescente (faixa etária) etc. (COLLING, 2013, p. 406)



haveriam tantos gêneros quantas pessoas há na Terra. Se são, como ela quer, os gêneros “performativos”, isto é, o *efeito* da citação dos discursos na cultura, a quantidade de se “fazer gêneros” seria infinita. E, por correlação, de desfazer também.²

Neste texto, então, para além de trabalharmos com a categoria de gênero, e, claro está, a partir de uma visada desconstrucionista, calcada no que ficou conhecido como pós-estruturalismo, notadamente as obras de Judith Butler e de Guacira Lopes Louro, abordaremos, ainda, a ideia de subversão de gênero e de sexualidade, evidentemente, a partir das perspectivas citadas. Entendemos, então, que a subversão é um processo, quer dizer, não acaba nunca, está-se sempre a fazer, a partir do qual sujeitos lidos em identidades minoritárias³, podem resistir e reinventar a realidade que muitas vezes lhes oprime, a qual pretende regulá-los e normatizá-los de acordo com perspectivas binárias de existência. A exemplo de um desses regimes, mencionamos a heteronormatividade, que, inevitavelmente, funda o sujeito na dualidade masculino/feminino, homem/mulher. Tal dicotomização do corpo, defendemos, produz, como anteriormente destacamos, violências que vão desde o simbólico e psicológico ao material com a extinção do corpo abjeto, isto é, daquele corpo que ousa se distanciar da heteronorma.

Nas considerações finais deste ensaio apontamos a importância da subversão, entendendo-a como provocadora de deslocamentos, ou

2 Aqui fazemos referência ao livro já clássico de Judith Butler, *Desfazer el género* (2006), o qual inspirou que, em 2013, se criasse, no Brasil, o evento “Desfazendo Gênero”, cuja primeira edição ocorreu na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

3 Vale lembrar que com o termo “minoría” fazemos referência à qualidade de vida e não à quantidade e ao número propriamente dito de indivíduos pertencentes aos grupos mencionados.



como gostamos de dizer, “sismos”⁴, que proporcionam condições de fala⁵ para as pessoas lidas em identidades minoritárias.

2. (Des)Construindo Gênero

Foi nos vários movimentos feministas que o conceito de gênero ganha corpo e se espraia tanto para a Academia quanto para o uso largo pelas sociedades. Apontamos dois períodos marcantes desses movimentos: o primeiro, o sufragismo, que propunha o direito de voto das mulheres e melhores condições de trabalho; e, o segundo, a reivindicação mais direta de direitos não apenas de cidadania, como o voto, já mencionado, como, ainda, direitos sociais e políticos, coisa essa que foi impulsionada com o ingresso massivo de mulheres em escolas e universidades. Foi a partir do ingresso das mulheres em universidades que, na segunda metade do século XX, se tornou possível a criação dos chamados *Estudos da Mulher*, departamentos institucionalizados que se dedicavam a discutir as assimetrias entre homens e mulheres nas sociedades a partir de distintos campos disciplinares.

Assim, o conceito de gênero surge na década de 60 com as problematizações do movimento feminista, o qual, naquele momento, buscava explicar e reivindicar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, que até então eram explicadas unicamente pela biologia. Tal período histórico ficou conhecido como a “Segunda Onda” do Feminismo. Sobre isso, aponta Guacira Louro (2003):

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos

4 A “subversão” pode ser compreendida como uma possibilidade, verdade que potente, mas não a única de destituição da heteronormatividade. A palavra “sismos”, aqui utilizada sinaliza que senão depostas, destituídas de seu poder e influência, as normas podem, pelo menos, serem minoradas em sua incidência sobre todas as pessoas por meio de estratégias políticas, em especial as localizadas no campo da cultura, de subversão, ou de “gongação”.

5 A expressão “condição de fala” vale, em nossa opinião, uma nota. Diz respeito a criação com nosso trabalho, nossas pesquisas e nossas ações condições para que os próprios sujeitos minoritários falem por si. Uma das funções mais relevantes da Universidade, assim defendemos, portanto, é a de democratizar a voz, torná-la acessível a todos e todas, e não apenas um privilégio de alguns. Em síntese, é dever do Estado, via Universidade, democratizar as condições de fala. Povo cuja fala não pode ser ouvida é povo destituído, em alguma medida, da cidadania.



arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (p. 22).

Em um primeiro momento, gênero referia-se às relações sociais entre os indivíduos levando em consideração o sexo “biológico” destes, ou seja, gênero seria a incidência de uma construção cultural em um corpo – certamente que “biológico” –previamente dado. Assim, durante anos, o conceito de gênero foi tido como distinto ao de “sexo”, porém definido por ele, relacionando-se como polos opostos. Segundo essa perspectiva, então, gênero estaria ligado ao social e ao cultural, e sexo, estritamente ao “biológico”.

Parte-se, porém, neste ensaio, de uma perspectiva pós-estruturalista, apoiada nos estudos de Judith Butler (2008), a qual contesta o caráter estritamente biológico da categoria “sexo”, porquanto do âmbito da matéria, uma vez que não existe, segundo a autora, um corpo totalmente “em branco”, isto é, *fora* da cultura, no qual esta incidiria. Portanto, “sexo”, assim como gênero, está, também, na via do social e do cultural, como aponta Butler (2008) ao afirmar que, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (p. 25).

Ao afirmarmos que o “sexo” é uma construção cultural, assim como gênero, não pretendemos, absolutamente, negar a materialidade do corpo, sua, digamos assim, “realidade”, mas sim evidenciar que corpo também é produto da cultura. Corroborando com essa concepção, Alós (2011) aponta que:

Quando se afirma que o sexo e o corpo são construções culturais, não se quer em nenhum momento negar a materialidade dos corpos ou a existência de uma diferença anatômica entre homens e mulheres. O que se quer relativizar é o caráter naturalizado e essencializado de um sistema conceitual de relações que equaciona *sexo* e *corpo*. [...] é apenas nos interstícios da cultura que o corpo e o sexo produzem sentidos e significados, ou seja, tornam-se “compreensíveis” e “inteligíveis” (p. 426).

O gênero, assim, diz respeito às relações sociais e culturalmente construídas entre os sujeitos, as quais resultam de identidades que são “doadas” antes mesmo do nascimento. Pode-se citar aqui, como exemplo, o exame de ultrassom que é realizado quando uma mulher está grávida e, quando da realização desse exame, o médico afirma, a partir da genitália, que é “menino” ou “menina”. Impõe-se sobre o corpo



(ainda) em formação, a partir daí, identidades que, em não escapando o sujeito, o acompanharão durante toda a vida. Entende-se aqui identidade como a referência, o marco original a partir do qual se definem as diferenças (SILVA, 2000).

Vale ressaltar, que é um equívoco supor que a discussão sobre identidade é anterior à discussão sobre identidade de gênero, pois as pessoas só passam a existir e assim, possuir uma identidade, quando estas apresentam um gênero que está de acordo com padrões estabelecidos socialmente, o que Judith Butler (2008) nomeia de “gêneros inteligíveis”. Conceitua-se então:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas leis que buscam estabelecer linhas causais e expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (p. 38).

Os gêneros inteligíveis, os quais apresentam uma coerência na matriz cultural, são tomados assim, como possíveis, existentes e dignos de valor, enquanto as identidades de gênero que fogem a essa norma, são tomadas como incoerentes, ininteligíveis e indignas de existência. O que demonstra o quanto as identidades podem ser reguladoras e produtoras de exclusões.

Entendemos o gênero, então, como performativo, a partir dos estudos de Judith Butler (2008), a qual problematiza a inteligibilidade das identidades, ou seja, questiona que as pessoas adquirem identidade através de conformidades (pré)estabelecidas e padronizadas, mas algumas escapam. Sobre as quais, Butler (2008) chama atenção para a noção de pessoa que é questionada a partir do momento em que emergem culturalmente seres cujo gênero é “incoerente” e/ou “descontínuo”. Entende-se inteligibilidade de gênero como a linha de “coerência” e “continuidade” entre: sexo/gênero/desejo e práticas sexuais. Essa linha é chamada de matriz da inteligibilidade de gênero que é formulada, ou produzida por práticas reguladoras que, como aponta Wittig (2006), são baseadas em relações binárias – homem/mulher – e na heterossexualidade compulsória.



2.1. A Subversão de Gênero

A matriz da inteligibilidade de gênero, como apontado anteriormente, funciona sobre uma ordem heterossexual e binária, que ordena que todas as pessoas devam ser e/ou se comportarem como heterossexuais. Nomeia-se, assim, de heteronormatividade a ordem sexual vigente no Ocidente, que legitima e tende a tomar todos/as como heterossexuais, marginalizando e violentando, de distintas formas, os/as que fogem a essa norma. Assim, Louro (2001) afirma que:

A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. [...]. É curioso observar, no entanto, o quanto esta inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (p. 17).

Então, segundo essa ordem, que fundamenta as relações sociais, algumas identidades sexuais e de gênero são consideradas “naturais” e “normais”, enquanto outras são “anormais” e alvo de constantes violências, quando estas transgridem/violam os limites (pré)estabelecidos desse regime, o que entendemos aqui como a emergência da subversão, ou seja, o escapamento dos corpos, por esse motivo tornados “abjetos”, cujo ato fundacional é a injúria. É importante apontar, todavia, que as identidades sexuais e de gênero tomadas como “anormais”, para além de serem apenas efeitos discursos sobre o sexo, são potências políticas, ao passo que representam o desvio, a fuga a norma (pré)estabelecida, como aponta Preciado (2011).

Antes, porém, de nos apoiarmos no conceito de subversão, o qual é central nesse ensaio, faz-se necessário conceituar o abjeto. Segundo Miskolci (2012), “O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante” (p. 40).

Destacamos que a subversão está estritamente atrelada à abjeção, pois o corpo abjeto é aquele que, em alguma medida, foge à norma e, por isso, é visto/percebido com desprezo, e a subversão é justamente o processo de transgressão e extrapolação dos regimes que regulam gênero e sexualidade, possibilitando, assim, condições de fala para aquelas pessoas que cotidianamente têm suas existências negadas, usurpadas e subalternizadas.

A abjeção, afirma Miskolci (2009), segue uma lógica em que o outro sempre é visto em termos de um “outro abjeto”, de uma oposição



de um sujeito que é digno de valor em detrimento de um que não é: hetero/homo, homem/mulher etc., ou seja, para que as pessoas se constituam enquanto tal devem saber o que podem e o que não podem ser. Seguindo essa lógica, esse autor aponta que:

[...] o papel do *queer* não é desqualificar os movimentos identitários, antes apontar as armadilhas do hegemônico em que se inserem e permitir alianças estratégicas entre os movimentos que apontem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social. (MISKOLCI, 2009, p. 152).

Não se pretende dizer que as identidades não possam ou não devam existir, mas que é necessário desconfiar do que está no mundo e que acaba por marginalizar e excluir aqueles sujeitos que são e se veem representados nas categorias existentes. Dar-se-ia a importância da subversão.

Como aponta Louro (2004), é preciso desconfiar e colocar em xeque as estruturas normatizadoras de nossa cultura, sobretudo as “verdades” sobre sexo, gênero e sexualidade, frequentemente reiteradas de forma “natural” em nossa sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário estimular, em matéria de identidade, o impensado e o ambíguo ao invés do conhecido e do assegurado. Então a autora propõe, assim, uma subversão da noção de identidade fixa, una e estável, destacando que as marcas de gênero e sexualidade prevalentes no interior de uma cultura são invenções sociais, contingenciais e, portanto, cambiáveis.

2.2. O Gênero da Subversão

Diante do exposto anteriormente, o processo de subversão é importante porque a partir dele sujeitos lidos em identidades minoritárias e, com isso, excluídos, tratados como “perversos” e “anormais”, podem tornar suas existências “vivíveis”, ou seja, tornar seus corpos abjetos “habitáveis”. Todavia, é importante ressaltar que as identidades estão em constante transformação e podem variar de acordo com a sociedade na qual estão inseridas, com o contexto histórico da qual fazem parte e justamente por isso devem estar abertas à contestação e ressignificação constantemente. Desconfiar das identidades naturalizadas é possibilitar e criar condições para que outras formas de



existência sejam não só, como deseja certa retórica multicultural, “toleradas⁶”, mas, e, sobretudo, respeitadas e valorizadas.

A abjeção é “importante” para a manutenção dos regimes, por isso, deve-se propor sua desarticulação. Já a subversão, ao expor os mecanismos sociais, culturais, econômicos etc. que produzem a abjeção, pode positivar identidades, quer dizer, como anteriormente afirmamos, tornar certos corpos habitáveis, certas experiências existenciais vivíveis. A abjeção como o Outro do Mesmo é, repetimos, necessária para a estabilização da(s) normalidade(s). É no apontamento do diferente, do estranho, daquilo que não é o Mesmo, que não se constitui como o normal, como o saudável, que estabiliza e confere o caráter de naturalidade à mesmidade, que a abjeção se constitui. Subverter, desconstruir e pluralizar os gêneros é de fundamental importância para que as pessoas, sejam elas mulheres, lésbicas, transexuais, gays, negras, pessoas que escapam e resistem às normatizações, possam efetivamente ser respeitadas em suas vivências. O “gênero” da subversão sugere-se a constante desconfiança, no sentido de por em xeque aquilo que se quer “normal” e que, por esse motivo, marginaliza as pessoas que não são lidas em identidades dominantes.

Destaca-se, com base em Butler (2008), a importância de categorias não heterossexuais e discrepantes da linha de inteligibilidade sexual que possibilitam subversões e proliferações que contestam a sexualidade “genitalmente organizada”, bem como para o poder entendido em “termos de convenções culturais heterossexuais e fálicas”. Butler salienta que as identidades, por exemplo, “mulher”, são termos em processo, nunca acabados, sempre abertos a contestações, intervenções e ressignificações⁷.

3. Considerações Finais

Ficou claro, ao longo deste ensaio, que a subversão, portanto, é um escapamento dos corpos aos limites pré-estabelecidos pela

6 Salientamos aqui que “tolerância” ao nosso ver mantém uma hierarquia entre as pessoas, na qual o sujeito tolerado está submetido as normas e regras do sujeito que o tolera.

7 Sobre a suspeição quanto à categoria “mulher”, recomendamos a leitura da entrevista feita à Sonia Correa ao Sur. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/categoria-mulher-nao-serve-mais-para-luta-feminista/>>.



heteronormatividade, ou seja, um deslocamento que age no interior da própria norma, colocando-a, assim, em xeque.

Poderíamos então nos perguntar: afinal, a subversão de gênero é importante? Se sim, como pensamos ter ficado evidente neste texto, para que(m) seria ela relevante? Como discorremos na introdução deste trabalho, cotidianamente, as pessoas que não se enquadram em padrões (pré)estabelecidos ou que deles se desviam de algum modo, se tornam, numa leitura social e heteronormativa sobre seu corpo, passíveis de serem violentadas. A subversão de gênero, se importante para alguém, será primeiramente a essas pessoas, porquanto tem o papel de enfrentamento às diversas modalidades de violência. Porém, beneficiará também todas as outras pessoas. Vejamos um exemplo: todas e todos nós assistimos assombrados a casos de pessoas heterossexuais que pelo simples fato de manifestarem afeto em público foram tachadas de homossexuais e, por esse motivo, sofreram agressões, quando não a morte. Apontamos que a destituição das normas de gênero e sexualidade, notadamente a heteronormatividade, contribuirá para a extinção dos casos de violência física, verbal, simbólica, psicológica, dentre outras, motivados pela aversão à diferença.

Defendemos, desse modo, a subversão como um importante mecanismo capaz de produzir corpos performativamente inteligíveis, ao passo que possibilita a potencialização dos indivíduos “anormais”, das subjetividades injuriadas, das vidas que se encontram na fronteira e dos corpos alvos das mais variadas violências.

Referências

ALÓS, Anselmo Péres. **Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas. 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero



no Brasil. São Paulo: **Revista Contemporanea**, v. 3, n. 2 p. 405-427. Jul.–Dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona/Madrid: Editorial Egales, 2006.

**Jéssica Matos CARDOSO**

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso.

Alex Sales SOARES

Possui graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB (2016). Atualmente é discente do curso de Arquitetura e Urbanismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA Campus Barreiras. Técnico - Pesquisador em ciências sociais e humanas do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Espaciais e Desenvolvimento Territorial e Socioespacial (GRUDET), da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Atuou como bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-Humanidades (2013-2016) e do Programa Re(ex)istência LGBT MEC/SESu - PROEXT (2016-2017) na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Outras Sociologias Específicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos de gêneros e sexualidades, gêneros e sexualidades dissidentes, Estudos Queer, subjetividades e feminismos.

Carlos Henrique Lucas LIMA

Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Letras e Linguística, área de concentração em História da Literatura, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Licenciado em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, com trabalho de conclusão de curso em estudos de gênero e estudos culturais, sob a coordenação da Profa. Dra. Regina Zilberman, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Professor Adjunto A na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Líder do Grupo de Pesquisa Corpus Possíveis - Educação, Cultura e Diferenças, também da UFOB. Integra, desde 2013, o Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (CuS), vinculado à UFBA, e é co-criador e editor-adjunto da primeira revista brasileira dedicada exclusivamente aos Estudos Queer, a Periódicus (<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>). Interesses de pesquisa: crítica cultural, teoria queer, estudos culturais, literatura brasileira, literatura comparada, feminismos, estudos de gênero, estudos descoloniais, cultura brasileira, cultura latino-americana, estudos sobre a contemporaneidade, estudos sobre as subjetividades.

Recebido em: 23/05/2017

Aprovado em: 13/11/2017